

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE AGOSTO DE 1999
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 014/99.

Curitiba, 19 de agosto de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que trata da aprovação de abertura de crédito suplementar e, simultaneamente, de alteração na composição das fontes de recursos no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, aprovado pela Lei Estadual nº 12.400, de 30 de dezembro de 1998, visando atender despesas com obras no Parque da Barragem, localizado em Foz do Iguaçu.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar e, simultaneamente, a alteração na composição das fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.400, de 30 de dezembro de 1998, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito e da alteração das fontes de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Anexo V do Programa de Obras constante da Lei Orçamentária Anual para 1999, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO
DE DESPESAANEXO I
ANEXOFL.01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
6902	Diretoria Geral					
1152	Execução de Programas Ambientais - SEMA	4420.51	25	L	2.500.000	0900
TOTAL					2.500.000	

CANCELAMENTO
DE DESPESAANEXO II
ANEXOFL. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA OPERAÇÃO	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
6902	Diretoria Geral					
1149	Floresta Atlântica / MMA- SEMA	4490.51	07	L	2.500.000	0899
TOTAL					2.500.000	

ACRÉSCIMO
RECEITA CENTRALIZADAANEXO III
ANEXOFL.02
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2211.00.00	Alienação de Títulos Mobiliários	25	2.500.000	0899
TOTAL			2.500.000	

REDUÇÃO
RECEITA CENTRALIZADA

ANEXO IV
ANEXO

FL.02
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2462.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	2.500.000	0899
TOTAL			2.500.000	

SUPLEMENTAÇÃO
DE OBRAS

ANEXO V
ANEXO

FL. 03
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos				
6902	Diretoria Geral				
1152	Execução de Programas Ambientais - SEMA				
950	Estado				
0001	Recuperar áreas degradadas, fundos de vale e reformar e adequar infraestrutura dos parques (B)	25	L	2.500.000	0899
TOTAL		TES.	L	2.500.000	

CANCELAMENTO
DE OBRAS

ANEXO VI
ANEXO

FL. 03
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos				
6902	Diretoria Geral				
1149	Floresta Atlântica / MMA - SEMA				
950	Estado				
0001	Implantar infra-estrutura de planos emergenciais e de manejo nas unidades de conservação (A)	07	L	2.260.000	0899
0002	Implantar infra-estrutura de lazer, portais, alojamentos eco-escola e fiscalização de postos (A)	07	L	240.000	0899
TOTAL		TES.	L	2.5000.000	

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG/249/99, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nºs:

162/99: De autoria do Deputado Ademar Traiano que, denomina de “Dorival Gabriel Bandeira”, o trecho da Rodovia PR 481, que liga o Município de Santo Antonio do sudoeste ao Município de Ampére, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.652. **Anote-se - Arquite-se.**

Curitiba em, 12.08.99

Senhor Presidente.

Objetiva o presente solicitar a Vossa Exclência, que se digne determinar a realização de uma Sessão Solene no Plenário desta Casa de Leis, no dia 21 de setembro do corrente ano, quando será entregue o título de cidadão honorário do Estado do Paraná, ao Dr. Zacharias Emiliano Seleme.

Aproveito a oportunidade para agradecer e reiterar meu apreço e admiração por Vossa Exclência.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) CESAR SELEME

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 229/99, referente a criação de uma CIRETRAN no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 425/99, relativo à Mensagem Governamental nº 013/99, que dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$1.116.250,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, que seja destinado um horário durante a sessão Plenária, do próximo dia 1º de outubro de 1999, para a comemoração do Dia Nacional do Vereador, que é comemorado em todo o Brasil e que, também, deve ser motivo de júbilo nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente de Masi, ocorrido no dia 21 de agosto de 1999, aos 88 anos em Curitiba.

Requer ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento à família enlutada, nas pessoas de seus filhos: Luiz Fernando de Masi, José Pedro de Masi, Hélio Araújo de Masi e Ely Araújo de Masi.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Sr. Alex Canziani, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, pelo SEMPRE, Sistema Público de Emprego do Paraná ter alcançado o melhor resultado na colocação de pessoas de trabalho entre todos os Estados Brasileiros no primeiro semestre de 1999.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado na respectiva Secretaria.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Público de Emprego do Paraná alcançou o melhor resultado na colocação de pessoas no mercado de trabalho entre outros Estados Brasileiros no primeiro semestre de 1999. Esta avaliação foi feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego e demonstra que, em seis meses, 43.876 trabalhadores tiveram suas carteiras assinadas através da indicação feita pelo SEMPRE.

Este resultado supera em 29% a meta estabelecida pelo Ministério para o período e com relação ao mesmo período do ano passado o índice é superior em 42,8%. Estes números mostram o brilhante trabalho exercido pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, através do Secretário Alex Canziani e sua competente equipe.

O Estado ainda se destaca no índice de colocação de trabalhadores por número de vagas captadas. A Secretaria do Trabalho preencheu, no primeiro semestre deste ano, 61% dos 72.576 postos de trabalho oferecidos nas 110 agências do trabalhador espalhadas pelo Paraná. Segundo o Ministério do Trabalho, o Paraná foi o único Estado Brasileiro que superou as metas de colocação de trabalhadores estipuladas para este semestre. Nenhum outro chegou a atingir suas metas.

O número de captação de vagas também cresceu este ano. Nos primeiros sete meses de 1999 a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho já captou 84.526 vagas no mercado e de acordo com o Secretário, o número de novas vagas ultrapassará 100.000 já no mês de agosto.

Para cada vaga preenchida pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, o Ministério do Trabalho disponibiliza R\$111,00 no próximo ano para a manutenção do sistema e para cursos de treinamento e capacitação de mão de obra. Este ano o Ministério está liberando R\$13 milhões para o Paraná, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Apesar de toda crise que o País enfrenta, somos um Estado que está conseguindo passar pela turbulência de forma serena, sem maiores alardes, logo o céu estará claro e límpido novamente e é neste momento que iremos despontar no cenário brasileiro como um Estado moderno e altivo. Isto só ocorre devido ao projeto progressista e ambicioso do Governador Jaime Lerner, que tem grandes nomes em sua equipe de trabalho e, um deles é o Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Sr. Alex Canziani.

Ante ao exposto, solicitamos o voto favorável ao presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1837

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Sr. Abdo Aref Kudri pelos 50 anos de jornalismo.

O referido jornalista é um ícone da imprensa do Estado do Paraná. Durante 50 anos de trabalho demonstrou sua capacidade e sua seriedade no trato de informações que fizeram e ainda fazem parte do contexto histórico político, econômico social e cultural do Estado e do País. Desta forma, a melhor homenagem que podemos prestar é o reconhecimento de seu profissionalismo, dedicação e talento para a comunicação.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sr. Abdo Aref Kudri, sito na Rua XV de novembro, 1190, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1838

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria da FEMOCLAN - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (Av. Cândido de Abreu, 469, 8º andar, sala 801, Curitiba), pela sua posse.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A FEMOCLAN - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, empossou sua nova Diretoria para o biênio 1999/2000.

A Instituição, que vem desenvolvendo um importante trabalho junto às Associações de Moradores, tem sua nova Diretoria assim composta:

Presidente	Luiz Carlos Pinto
1º Vice Presidente	Elizabeth T. Campos Nascimento
2º Vice-Presidente	Nilson Pereira
Secretário Geral	Orlando Neves Amarante
1ª Secretária	Deonilda M. Machado
Tesouraria Geral	Celso Antunes
1º Tesoureiro	Olivério Bento Ribeiro
1º Supl. de Diretoria	Luiz Dr. Mauro
2º Supl. de Diretoria	Edirceu Coltro

Conselho Deliberativo:

Presidente	Genivaldo Santos
Vice-Presidente	Nuno Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente	Nilson Ferreira
Membros do Conselho Fiscal	Daniel Ambrózio, João Inácio Vieira, Wilson Penteado, Oraci dos Santos Ferreira, Jair dos Santos Ferreira, Jair Medeiros dos Santos, Roseli Silvério Braciak.

Coordenadores da Região:

Norte	Gilmar Cordeiro
-------	-----------------

Sul	Ivo Pedroso
Leste	Lúcia Maria Cavallari
Oeste	Antônio Monteiro Sobrinho

Coordenadores da Região Metropolitana:

Almirante Tamandaré	Vítor Franco
Araucária	Valer Lopes da Luz
Campina Grande do Sul	Antônio Cesar P. Silva
Campo Largo	Dilço Cruzara
Fazenda Rio Grande	João Carlos Nascimento e José Osmar Victor Prates
Mandirituba	Jorge Raimundo da Silva
Pinhais	João Rodrigues de Oliveira
Piraquara	Nelson de Faveri
Quatro Barras	Carlos Roberto Moraes
São José dos Pinhais	Maria das Graças Wolf
Bocaiúva do Sul	João Mário Strioski
Itaperuçu	Erineu Costa
Rio Branco	Laudelino Ribeiro e Adolfo Tambozi

Coordenadores Regionais:

Bairro Novo	Gessé Pedro de Oliveira
Boa Vista	José Gomes
Boqueirão	Cezar Gomes da Silva
Cajuru	Marlene Prestes
Fazendinha	José de Oliveira
Pinheirinho	Lázaro Mariano
Santa Felicidade	Ivo Antônio Rodrigues
Matriz	Timoteo Borges de Campos

Diretorias:

Diretor Cultural	Donizete Ap. da Silva
Diretor Feminina	Sônia Regina Maia, Maria de Lourdes Gasparin
Diretor Jurídico	Marcelo Linhares Freshe
Diret. Ação Comunitária	Cirene de Paula Cordeiro, Irenilda Arruda, Guilherme Costa
Diret. Ação Social	Edson Luiz Corrêa, Jair Ribeiro Santos, Carlos Pertel

Diret. Saúde	Neif Calil Amis, Marcela Zena Britto, Lauro Luiz S. Nienkotter
Diret. Imprensa	Airton Vivian, Luiz Gozaga dos Santos
Diret. Transportes	Luiz Antonio Pinto
Diret. Habitação	José Nilson Alves Cordeiro
Diret. Educação	Luiz Galvani Marim, Neuci Maria Nunes
Diret. Segurança	João Augusto Maciel
Diret. Trabalho	Noêmi Saurim, João José Ribeiro Aldebran, Luiz Mendes
Diret. Eventos	Antônio Ferreira dos Santos, Mauro Gonçalves
Diret. Meio Ambiente	Cláudio Ditter, Denise Pereira, Amarildo Amaral
Diret. Proteção e Orientação aos Aids	Antônio Luiz Martins dos Reis
Diret. Divulgação	Walter Godinho e Durval do Nascimento
Diret. Proteção da Cultura Afro-Brasileira	Cláudio Cândido da Silva, Ervino Roberto Lima
Diret. Agricultura	Joaquim Barbosa Neto, Maria de Fátima R. Freitas
Diret. Proteção e Orientação ao Menor	João Marreiro, Sebastião Prado
Diret. Assuntos Religiosos	Levingstone da Silva, Genival Aguiar

REQUERIMENTO Nº 1839

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornalista Abdo Kudri (Rua Professora Ivete da Fonseca Siqueira, 20 - Ap. 81 - Batel - Ctba), pela comemoração de 50 anos de Jornalismo.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornalista e Empresário Abdo Aref Kudri está comemorando 50 anos de Jornalismo. Abdo Kudri é o Diretor-Presidente do Jornal Diário Popular e Presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná.

Com uma longa folha de serviços prestados à comunidade através do Jornalismo impresso, desde muito cedo Abdo Kudri começou a trabalhar. Em 1948, foi convidado pela Jornalista Juril de Plácido e

Silva a integrar o grupo de profissionais da Gazeta do Povo. Em 1951, destacou-se como repórter no Jornal Diário da Tarde, onde foi editor-chefe e liderou uma equipe dos mais competentes e brilhantes jornalistas paranaenses.

Sempre voltado para a mídia impressa, o Jornalista Abdo Kudri não perdeu, em nenhum momento a vontade de ter seu próprio veículo de comunicação. Fundou e dirigiu pequenos jornais como o Jornal de Guaratuba, o Jornal da Lapa e o Jornal de São José.

Em 1957, fundou em Curitiba os jornais Correio do Paraná e o Correio da Noite, veículos de comunicação com grandes tiragens e muito bem aceitos pela população e que constituem um marco histórico do jornalismo paranaense.

Em 1963, Abdo Kudri realizou um grande sonho - fundou o hoje tradicional e combativo Diário Popular, um dos jornais mais lidos da nossa Capital paranaense.

Abdo Kudri tem uma história brilhante, sempre enfrentou os desafios com galhardia. Inovador no jornalismo, na criação e na produção de notícias, sempre escreveu sobre os fatos, trazendo-os até nós de forma imparcial, verdadeira, precisa.

Em 1979, Abdo Kudri, juntamente com seus colegas de imprensa, fundou a Associação dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná e, mais tarde, o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná, sendo eleito o primeiro Presidente de ambas as entidades.

Pela comemoração de seus 50 anos de Jornalismo, receba o Jornalista Abdo Aref Kudri, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de moção de apoio ao Desembargador Gil Trotta Telles, indicado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para ocupar uma das vagas no Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Gil Trotta Telles, está sendo indicado pelo Tribunal de Justiça do Paraná para ocupar uma das vagas do Superior Tribunal de Justiça, abertas com a aposentadoria dos Ministros Luiz Vicente Cernichiaro e Demócrito Reinaldo. O Paraná conta atualmente com dois Ministros naquela Corte, mas nenhum deles oriundo do Tribunal de Justiça.

O Desembargador Gil Trotta Telles, é filho de João Flygare e Yolanda Trotta Telles. Nasceu em

Curitiba, em 29 de setembro de 1936. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1960, ingressando na magistratura estadual dois anos depois, mediante concurso para o cargo de Juiz substituto. Como tal, esteve à frente das comarcas de Peabiru, Campo Mourão, Cambará, Jacarezinho, Ribeirão Claro e Paranavaí. Prestou concurso para o cargo de Juiz de Direito em 1963, tendo sido nessa qualidade, titular, sucessivamente das Comarcas de Reserva, Colorado, Francisco Beltrão, Paranaguá e Curitiba.

Em setembro de 1987, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, onde integrou a Primeira Câmara Cível. Foi nomeado Desembargador em fevereiro de 1995. Publicou uma coletânea de jurisprudência criminal dos Tribunais de Justiça e Alçada do Estado pela Editora Juruá. Gil Trotta Telles é casado com a Senhora Maria Carstens Telles.

Este paranaense ilustre, com grande capacidade de trabalho e privilegiada cultura, concorre agora a uma das vagas do Superior Tribunal de Justiça. Com certeza, elevará o nome do nosso Estado naquelas instâncias judiciais. Por esta indicação, receba o Desembargador Gil Trotta Telles, moção de apoio do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente a Exma. Senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, Digníssima Secretária de Estado da Educação, de apoio a Moção nº 001/99, da Câmara Municipal de Ribeirão Claro, que solicita a reabertura do curso profissionalizante do magistério a nível de 2º grau, com imediatas matrículas para o ano 2.000, com cópia a Câmara Municipal de Ribeirão Claro.

Nestes termos, solicitamos o apoio dos nobres Deputados, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1847

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Terminal (antigo tubo da Vila Nove), no Bairro Capão da Imbuia. Nas proximidades deste terminal ocorrem frequentemente assaltos e

roubos, deixando toda a população muito apreensiva e insegura. Pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1848

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de prestar esclarecimentos à Senhora Anilda Madalena Piekarski, residente à Rua Cascavel nº 1480 - Jardim Guaraituba, sobre o asfalto desta rua, tendo em vista que o mesmo só vai até a Rua Antonina do lado direito, porém este asfalto deveria continuar à esquerda, pois é trajeto do ônibus Guaraituba - Maracanã. Do lado esquerdo, por onde passa o ônibus, há anti-pó, porém cheio de buracos, causando muitos transtornos. O correto é continuar o asfalto do lado esquerdo, a partir da Rua Antonina. A requerente quer saber se há projeto neste sentido e pede informações sobre o assunto. A implantação do referido asfalto beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1841

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste nos Anais desta Casa de Leis, a publicação no Jornal Gazeta do Povo de hoje (24/08/99), do artigo "Quarenta e cinco anos sem Vargas", de autoria de Léo de Almeida Neves.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste nos Anais desta Casa de Leis, a Carta Testamento escrita pelo ex-Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) ALGACI TULIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Títulos Honoríficos concedidos pelo Legislativo Estadual, somente serão entregues em sessão solene previamente agendada e no recinto da Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Em casos excepcionais, e mediante prévia aprovação da Comissão Executiva, poderá a honraria ser entregue fora do recinto da Assembléia Legislativa, desde que em sessão revestida da solenidade que o ato requer.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A concessão de títulos honoríficos, presumem que o homenageado, de alguma forma fez por merecer, proporcionando benefícios relevantes ao Estado.

A entrega aleatória da honraria, sem as formalidades que o ato requer, vem diminuir a importância de quem a recebeu ou vai recebê-la.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º -Fica autorizada a realização de plebiscito nos Municípios de Vila Alta e Esperança Nova, para que as populações decidam sobre a transferência territorial da localidade denominada Estrada 30, Núcleo do Veado, Gleba 10, conforme Memorial Descritivo abaixo, atualmente pertencente ao Município de Vila Alta incorporando-a ao Município de Esperança Nova.

MEMORIAL DESCRITIVO LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Norte:

Confronta-se pelo Córrego Itaúna, partindo do marco 0, cravado na margem esquerda do rio Paraná passando pelo Córrego Fronteira até o marco 1, cravado na desembocadura do Córrego do Índio numa distância de 7.086,50m, confrontando de Vila Alta.

Oeste:

Confronta-se pelo Córrego do Índio, partindo marco 1, cravado na desembocadura deste córrego na margem do Córrego Itaúna, numa distância de 3.156,00m até o marco 2, cravado na divisa do lote nº 25, confrontando com esta divisa no rumo SO 22º

45', numa distância de 3.805,00 metros até o marco 3, cravado na lateral da Estrada 30, seguindo por esta direção a cidade de Vila Alta confrontando com os lotes n.ºs 25, 26 e 27, numa distância de 3.897,00 metros até o marco 4, cravado na divisa do lote n.º 80, seguindo por esta divisa confrontando com este lote no rumo de SE 26º19', numa distância de 1.800,00 metros até o marco 5, cravado na nascente do Córrego Pereira, pela margem direita deste córrego seguindo curso abaixo confrontando com o Município de Vila Alta numa distância de 3.721,00 metros até o marco 6, cravado na desembocadura do Córrego Pereira com o Rio Paracáí.

Sul:

Confronta-se com o Rio Paracáí e o Município de Esperança Nova, partindo no marco 6, cravado na desembocadura do Córrego Pereira com o Rio Paracáí e segue margeando rio abaixo confrontando com o Município de Esperança Nova, numa distância de 10.717,00 metros até o marco 7, cravado na desembocadura do Ribeirão Jequitibá que faz divisa entre o Município de Esperança Nova e Município de São Jorge do Patrocínio, seguindo daí margeando o Rio Paracáí confrontando com o Município de São Jorge do Patrocínio, numa distância de 5.813,00 metros até o marco 8, cravado na desembocadura do Rio Paracáí com a margem esquerda do Rio Paraná.

Leste:

Confronta-se pela margem esquerda do Rio Paraná partindo do marco 8, cravado na desembocadura do Rio Paracáí, segue daí margeando curso acima o Rio Paraná numa distância de 8.510,00 metros até o marco 0, cravado na desembocadura do Córrego Itaúna, marco este que deu início a esta descrição.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A apresentação de nossa proposta se justifica pelos fatos que localidade Estrada 30, Núcleo do Veado, Gleba 10, hoje pertencente ao Município de Vila Alta, está geograficamente mais próximo ao Município de Esperança Nova.

Outrossim, é o Município de Esperança Nova que tem atendido a esta comunidade na área da saúde, manutenção de estradas e transporte escolar.

Assim sendo, a nossa propositura está alavancada pelas justas reivindicações da população diretamente interessada na incorporação ao Município de Esperança Nova, pelo que esperamos poder

contar com o apoio dos Pares desta Casa de Leis para aprovação do presente projeto de lei.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 455/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado do Paraná a conceder incentivos a montadoras instaladas no Paraná, e em caráter excepcional para montadoras de outros Estados do Brasil, para fabricação de veículos movidos a álcool anidro.

§ 1º - Os incentivos a serem concedidos serão exclusivos para fabricação de veículos movidos a álcool anidro e incidirão sobre a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços, ICMS, a ser cobrado na produção e comercialização desses veículos, e ou isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, IPVA para veículos novos.

§ 2º - Para veículos usados que venham a ser transformados, de combustão a gasolina para combustão a álcool anidro, o incentivo será em isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, inclusive da taxa de registro da transformação de combustão do veículo.

§ 3º - A concessão desses incentivos é por prazo determinado, não inferior a dois (02) anos da produção da comercialização dos veículos novos, e dos veículos usados, da data de sua transformação, podendo ser renovada por mais tempo, a critério do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Governo do Estado do Paraná, para cumprimento da presente lei, deverá realizar um pacto com os meios produtivos do álcool anidro, visando estabelecer regras de manutenção de empregos na sua produção, evitando a expansão da mecanização na colheita da cana-de-açúcar e respeitando as leis do meio ambiente.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das sessões, em 24.08.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A crise que assola a produção de álcool anidro no País, especificamente no Paraná, tem gerado preocupação constante no setor produtivo do Estado do Paraná e de outros Estados da Federação.

Há estoque de álcool anidro em grande quantidade no País, e as novas safras estão fadadas ao fracasso, caso não haja uma política agro-industrial

que venha a garantir seu consumo. Presume-se que destilarias e usinas do Paraná tenham que parar a produção de álcool, em vista a falta de preço compensador levando-se em consideração o custo-benefício de produção.

Após a era próspera da cafeicultura paranaense, a produção de cana-de-açúcar e sua utilização na produção do álcool anidro tem garantido o emprego no campo e nas destilarias e usinas.

Com a paralisação da produção do álcool anidro, por falta de veículos que o consumam (e as montadoras do País não tem produzido veículos a álcool), o colapso na economia será maior ainda e o desemprego no campo será expressivo, atingindo principalmente as famílias mais pobres no Estado do Paraná, os chamados "bóias-frias".

O Governo do Estado do Paraná precisa incentivar a produção do veículo movido a álcool, mesmo porque o Estado já propiciou condições para que diversas montadoras de renome mundial viessem a se instalar no Paraná.

Hoje, com o preço em alta da gasolina, em virtude de importação de petróleo e a alta contínua do valor do dólar, mister se faz dar incentivos em favor de veículos movidos a álcool.

Discriminar montadoras de outros Estados, com relação a incentivos a serem dados, prejudica o contribuinte e o próprio meio de comercialização de veículos e do álcool no Estado do Paraná. Em valores percentuais menores, de certa forma, o Governo do Paraná deverá liberar também incentivos a veículos produzidos em outros Estados.

O Paraná, que é um dos maiores produtores agrícolas do País, precisa estar na vanguarda na solução de seus problemas agro-industriais, sem prejuízo de seu desenvolvimento.

O presente projeto de lei deve merecer atenção especial dos Srs. Deputados Estaduais e do próprio Governo do Estado.

Daí, as razões do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 456/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento do IPVA - Imposto Privado de Veículo Automotor, os veículos movidos à álcool, licenciados no Estado do Paraná, por um período de cinco (05) anos, a partir do ano 2.000 até 2.006.

Parágrafo Único - Fica concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento do referido imposto, aos veículos que sofrerem adaptação de gasolina para álcool, por igual período.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa isentar do pagamento do IPVA - Imposto Privado de Veículo Automotor, os veículos movidos à álcool, licenciados no Estado do Paraná, a partir do ano 2.000 até 2.006.

Estipula ainda a concessão de 50% de desconto no pagamento do referido imposto, aos veículos que sofrerem adaptação de gasolina para álcool.

O referido projeto de lei tem por objetivo estimular a atividade sucro alcooleira no Estado do Paraná, que encontra-se em estado pré-caótico.

PROJETO DE LEI Nº 457/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado, através da Secretaria de Estado da Segurança, instalar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Face ao grande número de ocorrências verificado no Município de São José dos Pinhais envolvendo as mulheres, se faz necessário e urgente a implantação de uma delegacia especializada para acompanhar e combater a violência sobre a mulher. Esta é também uma antiga reivindicação da população daquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBA CARLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recentemente viemos a saber, através da imprensa escrita, através da Gazeta Mercantil que em Berlin foi realizada uma reunião com os maiores "experts" em previdência e desse encontro tirou-se conclusões que trazem preocupações a nível mundial, preocupações que não ficam restritas aos países de 1º Mundo.

Hoje nós do Brasil e mais precisamente no nosso Estado, já estamos sofrendo o problema da Previdência.

Nesse encontro lá em Berlin, vou ler, do texto que é longo, e fazer algumas observações.

Diz lá: "Os experts" fazem um alerta.

O crescimento da média de idade da população e o impacto do custo financeiro na população economicamente ativa é inevitável.

São desafios da maior importância para o próximo Século, comparáveis aos problemas causados pelo efeito estufa ou pela proliferação de armas Nucleares em Países politicamente estáveis, ou seja, o agrisalamento tem custos.

Quem pagará a conta? Qual geração? Qual sistema de financiamento? Como pagaremos pelas aposentadorias futuras?

Ontem, no plenarinho da Assembléia, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião da Associação dos Municípios do Paraná que versava sobre diversos temas e um deles era o angustiante tema da previdência social que está levando a todas as prefeituras, um clima de instabilidade e apreensão.

Todos sabemos que a partir de 1988, com a nova Constituição, havia uma determinação que os poderes públicos deveriam fazer uma opção no Regime Único que poderia ser o estatutário ou o da C.L.T. o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Na época, eu era prefeito e, analisando custos, achamos que a melhor solução seria o regime estatutário.

Instituímos um fundo e iniciamos os descontos e as contribuições da parte patronal.

Quando deixei a Prefeitura, tinha perto de dois milhões. Não lembro se de cruzeiros ou de reais, tendo em vista que a moeda muda bastante.

Pois bem, os municípios com menos de mil funcionários, estão sendo obrigados a extinguir os seus fundos e quer o governo federal que todos estes municípios se filiem à Previdência Federal, ou seja ao INSS.

Agora, eu como fui prefeito da minha cidade, como tem diversos Deputados aqui que também foram prefeitos das suas cidades, sabem que o Município, e eu posso perguntar ao Líder Valdir Rossoni que foi prefeito da sua cidade, ao Ademir Bier, o Município não suporta o percentual que incide sobre a folha de pagamento, é in-viável para o Poder Público Municipal pagar todo o percentual que é exigido pelo INSS. E esta foi uma das alegações que faziam os Prefeitos reunidos na reunião de ontem.

Não só os municípios estão inviabilizados em questão da previdência, Senhor Presidente, como é o caso do Estado. Se avaliarmos hoje o passivo previdenciário do Estado, vamos ver que ele representa

92 milhões de reais todo mês. Sabemos do esforço do Governo que constitui um fundo, está procurando de todas as maneiras capitalizar esse fundo, que através da capitalização, possa vir a suprir essas aposentadorias. Agora, nós queremos uma solução definitiva.

Fiz questão de mencionar o que os "experts" mundiais falaram lá em Berlim, há três semanas atrás, para vislumbrarmos um futuro que não está muito distante, temos que ter uma previdência forte, mas uma previdência única.

Nós não podemos continuar nesta doce ilusão de que o Município, Y ou Z, terá o seu fundo e ele poderá custear as suas aposentadorias. Sabemos que os cálculos atuariais não são fáceis, são complicados e mais, que a gerência de um fundo de previdência, que na verdade é um fundo financeiro, exige experiência e técnicos para tratar do dinheiro, que na verdade o dinheiro que vai pagar as futuras aposentadorias.

Esta é a minha preocupação, porque a Constituição é muito clara quando diz que o responsável pelo pagamento das aposentadorias é o Tesouro, e quando diz que é o Tesouro, pode ser o Tesouro Estadual, o Tesouro Federal ou o Municipal, mas é o Tesouro.

Então se os fundos, que foram constituídos de uma hora para outra, entra o administrador que queria fazer uso daquele dinheiro, ou não faça boa verificação desses recursos, quando chegar o momento de pagar essas aposentadorias, o Município terá as condições de honrar, e daí vai ter que ir para o Tesouro, ou seja para o caixa do município, e nós sabemos que todos eles estariam inviabilizados.

Então, quero aqui, Senhor Presidente, também conclamar os nobres Pares desta Casa, para que levemos essa proposta como se fosse uma proposta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que fizemos essa colocação ontem na reunião da Associação dos Municípios do Paraná, e ela teve uma ampla aceitação por parte dos prefeitos e também por deputados federais que ali estavam.

E qual é essa proposta? É da previdência única. E como é que ela vai funcionar?

Estado e todos os Municípios vão se vincular a esta Previdência que será gerida pelo Governo Federal, e os descontos serão feitos de todos os funcionários. Obedecendo aquela escala que foi aprovada na reforma da previdência, quem ganha menos, desconta menos, quem ganha mais, desconta mais. Então se a média dos descontos da folha de pagamento for 12%, o Poder Público seja ele municipal, ou estadual, também irá contribuir com os seus 12%, se faz um bloco de 24% e vai se depositar ou vai se recolher para o Tesouro Federal; e este

Tesouro será responsável pelo pagamento e pela administração de todas essas aposentadorias.

Eu digo aos senhores, o problema que logo vamos sentir se continuarmos nesse emaranhado de fundos e de previdências municipais, estaduais e federal. Vamos pensar daqui a dez ou quinze anos quando as pessoas que hoje contribuem para esse sistema começarem a se aposentar e vier alguém e disser o seguinte: "Eu tenho três anos de trabalho na Prefeitura de Cascavel, quatro anos na de Ponta Grossa, dois anos e meio na de Guarapuava, cinco que trabalhei no Estado, oito que trabalhei numa empresa privada. Quem vai pagar essa aposentadoria?

E a outra pergunta: quando é que vamos fazer as compensações para ver quem está pagando a mais ou quem está pagando a menos?

E mais, é uma maneira que queremos de viabilizar os municípios, viabilizar a previdência como um todo e viabilizar o Estado, porque a partir da instituição da previdência única, também passaríamos para o Governo Federal o pagamento das atuais aposentadorias, ou seja, o pagamento do passivo previdenciário. Mas também não vamos pedir ao Governo Federal esse presente, que ele assuma, que nos livremos desse encargo - então, queremos pagar. Como vamos pagar? Mediante os cargos atuariais, à média de vida, por exemplo, o passivo previdenciário do Estado, hoje, que representa 92 milhões ao mês, queremos pagá-lo em 30 anos. De que forma? No primeiro ano. Isso vai representar em torno de um milhão, divide-se por 30 anos - vamos pagar mensalmente, com os juros devidos.

O Governo Federal emitirá títulos públicos para esse financiamento, porque quem causou todo esse problema foi o Governo Federal, quando passou à política econômica, refreou o crescimento; quando fez mudanças drásticas no sistema de previdência; quando mesmo usou recursos oriundos do pagamento do INSS das empresas privadas, para pagar o funcionalismo público federal.

Não queremos nada de graça. Queremos que o governo Federal assuma o nosso passivo previdenciário, mas vamos pagar por ele em 30 anos - é uma renegociação de dívida que vem acontecendo em todos os setores. Estamos vendo hoje, os agricultores, em diversos segmentos da sociedade fazendo o sua renegociação de dívida.

Vimos o governo de São Paulo, quando renegociou a sua dívida imobiliária, que era de 48 bilhões de reais, enquanto que a do Paraná era de apenas 400 milhões - tem um subsídio inserido até de 6% ao ano. São Paulo leva um subsídio anual de três bilhões de reais.

Precisamos formar uma frente para defender a questão da previdência única. Digo aos senhores que todas as outras soluções são paliativas e não

irão resolver o problema. Estaremos apenas levando - como se diz na gíria - de barriga, problemas seriíssimos, que afetam a toda a população brasileira. Todos temos alguém, em nossa família - ou mais de uma pessoa - que depende do sistema de previdência. Nós mesmos, no futuro, vamos depender da previdência. É uma questão de segurança do presente e de uma segurança futura, para todos os brasileiros.

Esse é o pedido que faço, para que essa idéia se torne uma idéia da Assembléia Legislativa do Estado e para que possamos, num movimento político, levar isso a Brasília. Tenho certeza que iremos encontrar muitos aliados, que serão os outros Estados e todos os municípios brasileiros e todos eles estão em vias de ser enquadrados na previdência comum, ou seja, no INSS - têm prazo até o dia 30 para fazer a inclusão. E, com isso, terão de pagar todos os encargos - irão pagar em torno de 40, 50%, além do que já pagam, ou seja, do total da folha de pagamento, sabemos que os encargos sociais existentes chegam em torno de 50%.

O Sr. Algaci Tulio

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo por sua colocação. E dizer que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná viveu, ontem, um dia bastante movimentado. Mostrou a sua preocupação com as coisas que estão acontecendo nesse Paraná e nesse Brasil, abrindo o Plenarinho, recebendo os Prefeitos, os Deputados Federais. Acho que deveria ser uma prática do nosso Legislativo ter esse espaço - não sei se no Plenarinho - uma espécie de espaço para os Parlamentares que desejassem visitar este plenário, nas segundas-feiras, durante as sessões, para que aqui viessem também dar respostas a nós, Parlamentares, daquilo que estão trabalhando, em prol do nosso Paraná, lá em Brasília.

A sua proposta merece a atenção desse Plenário e devemos, nós Parlamentares, analisá-la com muita cautela. Mas vejo-a, à primeira vista, até por sua experiência como Parlamentar Federal, traz Vossa Excelência uma proposta que merece um estudo desta Casa - quem sabe possa ser uma bandeira da Assembléia Legislativa em torno da questão da previdência, bastante complicada e sem rumo certo, por ora, para o povo brasileiro. Numa hora vale uma coisa, de repente não vale mais.

Os governos enfrentam as ações judiciais. Nessa sua proposta, podemos encontrar uma luz que venha encontrar um denominador comum em relação à questão da previdência.

Parabéns!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, nobre Deputado Algaci Tulio.

Quero lhe dizer que suas palavras vêm ao encontro daquilo que pregávamos e vem enriquecer o nosso pronunciamento, no sentido de que precisamos um ordenamento na questão da previdência. O funcionalismo público não pode ser massacrado porque ele é municipal, estadual ou federal; ele é culpado das grandes desgraças que acontecem a nível do município, do Estado ou a nível do Governo Federal. E ele tem que ter uma segurança, não só ele como a sua família, de que ele tem um órgão mantenedor, um órgão regulador, um órgão controlador.

Imaginem os senhores qualquer município ou um consórcio de municípios, como já se fala, que constitua um Fundo, e, de repente, vai ter que se ter cinco, dez milhões de reais girando. Quantos especialistas terão para girar esse dinheiro? E se esse dinheiro for mal aplicado e desaparecer, como é que vão ficar as viúvas, os filhos menores ou mesmo os velhinhos, para quem devemos ter muito respeito e a quem sempre dediquei uma atenção muito grande e um carinho especial?

Então, é uma questão - se não uma questão que todos os homens públicos deveriam defender, por uma questão de ideologia, por uma questão de convencimento, talvez até por um certo medo do que possa acontecer conosco no futuro - devêssemos trabalhar no sentido de ter um previdência única, forte, capitalizada, para que não precisássemos correr os riscos que hoje os mais velhos estão correndo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSL, PSDB, PMDB, PT.

Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia deixar, em nome da Bancada do PT, de fazer alguns comentários sobre graves acontecimentos do País, na semana passada, acontecimentos e fatos que se refletiram inclusive nas principais manchetes de jornais do Paraná e do Brasil. O jornal "A Folha do Paraná", de sábado, 21/08, tem como manchete principal a notícia de que o Secretário solicitou o grampo. O Secretário da Justiça, Cândido Martins de Oliveira, endossou o pedido de grampo nos telefones dos líderes do MST, na região Noroeste do Estado.

Já havíamos feito uma coletiva à imprensa junto com os direitos humanos, com a Comissão

Pastoral da Terra, os Deputados do PT, denunciando esta questão gravíssima de um grampo ilegal na Cooperativa do MST. São os próprios Corregedores da Polícia Civil do Paraná que denunciam essa ilegalidade flagrante, abrindo uma enorme crise no interior do próprio Estado. E essa manchete reflete um pouco o estado de espírito desse governo e a situação por que passa o Paraná e o Brasil.

Mas à página três do mesmo jornal, temos a notícia - lemos entristecidos - "que o Tribunal de Justiça negou pedido de liminar requerido pelo Deputado Estadual José Maria Ferreira, do PSDB, que pretendia obter informações sobre os benefícios fiscais oferecidos ao Paraná, para instalações de empresas. Os desembargadores entenderam que o direito à informação não é irrestrito, absoluto ou ilimitado de que neste caso o sigilo torna-se imprescindível para a segurança do Estado".

No entendimento da maioria dos desembargadores essas informações acirram ainda mais a guerra fiscal entre os Estados. os desembargadores citaram casos ocorridos no Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo.

"O Desembargador Antonio Lopes de Noronha foi voz destoante dos colegas. Disse concordar com a necessidade de sigilo, mas entendeu que no caso do Paraná o mesmo passou a ser extemporâneo, já que as montadoras de automóveis estão em pleno funcionamento."

É triste lermos num jornal um atentado contra os princípios básicos da democracia e do estado de direito sendo realizado por desembargadores, cuja a função é defender a lei, a Constituição do Estado e do País. É de estarrecer ouvirmos de um desembargador que é necessário sigilo do dinheiro público, porque trazer uma montadora para o Paraná trata-se de segurança do Estado. É vergonhoso que isso possa acontecer em pleno vigor do estado de direito. É clausula pétrea da Constituição do país o direito à informação. Num dos artigos da Constituição que fala da administração pública, está escrito com todas as letras que a administração pública deve se pautar pela legalidade, pela impessoalidade, pela publicidade e pela moralidade. Quando desembargadores aceitam e acatam decisões que ferem a lei maior do país, decisões que acobertam, que permitem um governador que faz a gestão dos recursos públicos sem nenhuma lei que oriente, passar recursos do Estado para empresas privadas sem impessoalidade, sem legalidade, sem publicidade, sem moralidade, não existe mais estado de direito.

Avaliamos nesta Casa que o Paraná deve ter gasto em torno de dois bilhões de repasse a empresas privadas sem nenhum controle. Essa falta de controle coloca suspeição sobre os governantes. Ele pode escolher a empresa que vai dar o dinheiro público. A suspeição sobre ele passa a ser um ato

peçoal. Um ato sem publicidade, ilegal. Portanto um ato imoral que o Tribunal de Justiça acoberta.

Nós da Bancada do PT, somos solidários ao Deputado José Maria Ferreira. Temos que ir ao Tribunal Superior. Não podemos acatar que informações sejam escondidas por representantes do povo, cuja função fundamental é fiscalizar o dinheiro público. Não há nenhuma justificativa para que se acoberte, mesmo porque as próprias empresas quando regateiam com outros estados, são as primeiras a dizer quanto ganharam do Paraná. Só a população fica sem saber e os Deputados que são os legítimos representantes do povo.

No mesmo dia a "Folha de São Paulo" estampa em suas manchetes o absurdo de El dourado dos Carajás. Dezenove agricultores assassinados barbaramente. E, em função de falhas técnicas, as armas dos policiais não tinham registro individual. Por exemplo, os policiais executaram os sem-terra com um tiro na nuca, depois de completamente dominados. Os peritos constataram isso, mas não havia registro das armas. Portanto não se sabia qual o policial que estava com as armas.

Queríamos ler um trecho de um texto de Clóvis Rossi para que fique registrado nos Anais desta Casa, sobre essa tragédia que mais uma vez, o Brasil mostra que justiça só existe contra os pobres. Contra eles existe a força da lei. Contra os poderosos, contra os órgãos pagos pelos cidadãos, para fazer a segurança dos Estados, não existe justiça e nem lei.

(Lê):

"O Segundo Massacre

Vamos deixar de leguleios jurídicos e fazer a pergunta certa: - Alguém aí acha que, se 19 PMs tivessem sido massacrados pelos sem-terra, algum dos criminosos teria escapado de uma condenação?

Se os sem-terra tivessem matado um ou dois policiais, o que aconteceria com quem matou?

Mais provavelmente nem seriam levados a julgamento, teriam sido todos executados no próprio local dos fatos. Foi, aliás, o que aconteceu mesmo sem que um só PM tivesse sofrido mais que escoriações.

Os laudos sobre as execuções dos sem-terra, a seu devido tempo resgatados pela reportagem desta Folha, não deixam a menor dúvida sobre o que aconteceu em Eldorado do Carajás a execução sumária de sem-terra.

A menos que Deus, em um momento se suprema ira, tivesse sido o responsável é óbvio que há culpados e que os culpados só podem ser encontrados entre os policiais.

Pode-se até não chegar a culpados individualizados. Mas nessa hipótese, mais que em qualquer outra, o responsável é o chefe imediato da operação, seguido pelos comandantes da corporação e, em

última instância, pelo chefe dos comandantes, ou seja o governador do Estado.

Em corporações hierarquizadas, como é o caso da PM, não há outra maneira de distribuir culpas, a menos que se queira convidar à barbárie.

Em países, minimamente civilizados, o que está longe de ser o caso do Brasil, as punições pelo menos administrativas, teriam até precedido o julgamento pela Justiça, sempre mais demorado (e, no Brasil, mais demorado, do que qualquer padrão civilizatório mandaria impor).

Bastaria rever os laudos, ou até mesmo o videoteipe dos acontecimentos, para que as autoridades punissem os culpados pelo massacre. Eram por demais evidentes, incriminatórios, selvagens mesmos.

No Brasil, no entanto, as evidências só pesam quando os acusados não têm amparo algum.

Estes três fatos mostram o triste país em que vivemos. Que esperança se pode ter de um país que não respeita a lei, apesar de dizer que estamos no estado de direito, todos os dirigentes desse país, que permitem a utilização de recursos públicos para beneficiar grandes grupos econômicos internacionais, ao arrepio da lei, ferindo a Constituição, que permite que o Secretário do Estado de Justiça, cuja função é cumprir a lei, mande fazer grampo telefônico completamente ilegal, em cooperativa de sem-terra, que permite o massacre dessa natureza sem que os culpados sejam punidos?

Deixamos pelo menos, a nossa lamentação, para que conste nos Anais dessa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PFL, PSB, PTB, com a palavra Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero nesta tarde, quando assumo esta tribuna, deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, que a data de hoje, para nós petebistas, para nós getulistas, é uma data em que se renova os 45 anos da morte de Getúlio Vargas. No último domingo, acompanhado pelo Presidente Nacional do Partido, Deputado Federal José Carlos Martinez, estivemos, juntamente com uma delegação de paranaenses, na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, onde, ao lado de companheiros petebistas do Rio Grande, de São Paulo e de outros Estados, Deputados Estaduais e Federais, Vereadores, lideranças, fomos prestar a nossa homenagem ao grande estadista Getúlio Vargas, e aqui cabe parênteses: acabamos sobrevoando uma cidade que não era São Borja. Invadimos o espaço aéreo da Argentina, cidade de São Tomé. Depois de vinte minutos,

ainda com combustível escasso, acabamos descobrindo a cidade de São Borja. Foi um pequeno erro de cálculo do piloto. Felizmente não fomos metralhados pelo exército argentino.

Mas lá estivemos visitando o túmulo de Getúlio Vargas, um cemitério tão humilde como também humilde a cidade, e como era o nosso Presidente Getúlio Vargas. Ao lado de seu túmulo, o túmulo de João Goulart e lá prestamos as homenagens e depois visitamos o Museu Getúlio Vargas e ouvimos, na Câmara Municipal de São Borja, os pronunciamentos das lideranças nacionais e passamos um domingo interessante e nos levou a uma reflexão em relação à política da época de Vargas e à política pós-Vargas.

Hoje, representando os demais parlamentares da Casa, da bancada do PTB e que por outros compromissos não puderam comparecer, estivemos na Praça Tiradentes, onde está a estátua de Getúlio Vargas e mais uma vez pudemos prestar a nossa homenagem. E as lideranças petebistas, os velhos petebistas, fizeram a este parlamentar um pedido, para que eu lesse aqui nesta tribuna, para que ficasse nos Anais desta Casa, a Carta-Testamento de Getúlio Vargas e eu, com muita honra e com muito orgulho, vou procurar colocar a minha voz nas letras desta Carta de Getúlio, momento antes da sua morte.

(Lê)

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se, e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa.

Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social.

Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho.

A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da PETROBRÁS e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A ELETROBRÁS foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo da espiral inflacionária, que destruíra os valores do

trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até quinhentos por cento ao ano.

Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço, e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e por vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu sangue será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal à vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o meu perdão. Aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não será mais escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Dei-vos a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente foi o primeiro passo no caminho da Eternidade e saio da vida para entrar na História”.

Esta é a carta-testamento de Getúlio Vargas que deixamos aqui nos Anais desta Casa, e tem sido reverenciada por todos os getulistas, todos os petebistas, e hoje também no jornal A Folha do Paraná há um artigo escrito por Leo de Almeida Neves, suplente do Senador do Paraná, ex-deputado federal que também já foi petebista e que fala aqui dos 45 anos sem Vargas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho que devemos, na verdade, neste momento, talvez, não como uma questão de nostalgia, uma questão de saudosismo, mas muito mais por questão de reflexão do Brasil até a era Vargas e do Brasil pós-Vargas. Homem que lutou para manter as riquezas naturais, homem que foi ao sacrifício da sua vida

em busca da valorização do trabalhador brasileiro, mas que lamentavelmente teve que lutar até o último instante para manter a unidade nacional. Nós do PTB aqui desta Casa, da bancada formada por vários companheiros, tenho certeza também que esta bancada mostra a sua posição de dependência, do pensamento nacional a exemplo do que vem propalando o nosso Presidente Nacional, Deputado José Carlos Martinez.

O Sr. Edgar Bueno

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Algaci Tulio, petebista e expetetista Algaci Túlio, sinceramente, emociona ouvir a carta-testamento e eu quero fazer essa saudação aqui e lembrar a todos os companheiros deputados que há 45 anos o povo brasileiro sofreu esse duro golpe, foi comovente e foi uma situação que o Brasil viveu e graças à sabedoria de Getúlio Vargas é que hoje ainda continua aqui a sua marca. Hoje em São Borja encontra-se grandes lideranças nacionais, Leonel Brizola, o Governador Antonio Garotinho, que estão lá em São Borja fazendo uma homenagem a um homem tão brilhante como foi Getúlio Vargas. Ele que nacionalizou o capital do povo brasileiro, organizou o trabalhador, valorizou o trabalhador, e precisa desse registro para que nem nós e nem as futuras gerações se esqueçam dessa história. Os golpistas da época ainda existem Deputado Algaci, e muitos de nós, muitos do petebistas, e muitos daqueles que dão apoio à política nacional e brasileira também deram apoio a esses golpistas. E é preciso fazer uma análise e uma reflexão para que petebistas e pedetistas que têm no sangue, que têm na alma, que carrega muito da história de Getúlio Vargas se unam, para que os golpistas não reapareçam novamente e que venham trazer mais uma tristeza ao povo brasileiro.

Então, eu deixo esse registro porque realmente é uma data memorável e está de parabéns Vossa Excelência por trazer esse assunto aqui nesta Casa.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado Deputado Edgar Bueno, quero cumprimentá-lo porque sendo pedetista também reconheceu na figura de Getúlio Vargas a sua importância, e pude acompanhar pela imprensa o artigo de sua autoria que muito nos orgulha também.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana, que certamente é peemedebista de opção, mas é getulista de coração.

O Sr. Caíto Quintana

Nobre Deputado Algaci Tulio, começamos por aí mesmo. Acho o seguinte Deputado: que existem homens, e é nesse sentido que quero fazer o aparte, que eles extrapolam, extrapolam no amor e no ódio as questões partidárias. Seguramente temos no Brasil hoje, em todos os partidos políticos, pessoas que têm profunda admiração por Getúlio Vargas e temos em todos os partidos políticos pessoas que não gostam de referência sobre o trabalhismo de Getúlio Vargas, a sua ação em favor dos mais humildes, os trabalhadores, as ações que sempre praticou quando governante. Portanto, Getúlio está nesse patamar como outros brasileiros que extrapolam na questão partidária, até porque essa origem ficou lá atrás, o trabalhismo de Getúlio Vargas, o trabalhismo de Pasqualine, é um trabalhismo que nem sempre reflete no conjunto dos partidos que adotam as cifras do dia de hoje. Mas o que queria dizer para Vossa Excelência é o seguinte: nós brasileiros, Deputado Algaci Tulio, precisamos referenciar o nome destes estadistas que temos. Esta carência de ídolos, de nomes, de figuras importantes na vida, na história da nossa Nação é que talvez nos deixe escapar muito senso de brasilidade.

O SR. ALGACI TULIO

Deputado, quero só fazer um parêntesis, Vossa Excelência entra exatamente naquilo que ia completar aqui. Ontem determinei à produção do meu programa de rádio que fosse fazer uma enquete sobre Getúlio Vargas, e a nossa repórter, Kátia Chagas, não foi num bairro periférico de Curitiba, não foi numa favela. Ela foi no ponto mais nervoso da cidade, que é o calçadão da Boca Maldita. Pasmem Deputado Caíto Quintana e Senhores Deputados, ninguém sabia quem foi Getúlio Vargas. Houve quem confundisse Getúlio Vargas a um Prefeito de Curitiba - confundiram o Getúlio com o Tulio. Não sabiam nem dizer quem foi Getúlio Vargas - de vinte pessoas que foram entrevistadas, talvez duas ou três lembraram quem foi Getúlio Vargas. Isso é terrível: um País que não guarda a sua história, que não tem a sua memória.

Imagina se fizermos uma enquete, de quem foi Tancredo Neves, Ulisses Guimarães. Vamos chegar a essa mesma situação. Ninguém mais vai lembrar e ter essa referência.

Tenho um respeito muito grande ao gaúcho, porque lá em São Borja, a gente pôde ver que numa cidade humilde, que já deu dois presidentes da República, uma cidade que é menor que muita cidade do nosso Norte Pioneiro, com cidades pequenas. Cidade com falta de estrutura, com falta de saneamento básico, sem sistema viário condizente e muito pobre. Diziam lá, nós, os gaúchos, que já foi grande celeiro do Rio Grande do Sul e, hoje, está totalmente estagnada. Para os senhores, terem

uma idéia, o cemitério, que está Getúlio Vargas e onde está João Goulart, não é totalmente cercado, só os 20 ms da parte da frente, no portão, tem muro e o resto é aberto. A rua que passa na frente não tem anti-pó, asfalto, paralelepípedo, não tem nada. O cemitério não tem calçamento.

O Prefeito, quando soube que estariam lá essa delegação de domingo, como estariam hoje, como estão Brizola e tantos outros, se precaveu e colocou calça, pedra, pedregulho lá, para poder melhorar a imagem, numa humildade, como a humildade do próprio Getúlio Vargas.

Acho que deveria-se fazer algo mais para a preservação da cidade, que não recebeu, talvez, na época que Getúlio era Presidente, para que não dissessem que estava levando tudo para a sua cidade. Acabou não levando nada.

O Sr. Caíto Quintana

Veja Vossa Excelência solicito o Deputado Nelson Justus na conclusão do raciocínio, talvez, por isso no Brasil transformamos do dia para a noite - nada contra - mas um cantor, uma bailarina, um jogador de futebol, seja a quem for numa referência nacional. Temos uma necessidade e carência de ter um ídolo, um líder, alguém para podermos dizer que ele é brasileiro. Vossa Excelência diz muito bem: o cemitério onde está Getúlio Vargas, não é cercado.

Você verá em Nova Iorque, onde estão Washington, Kennedy, Jefferson, Lincoln, verdadeiros monumentos, porque há essa referência. Não é por causa do partido político. É porque ali você está despertando um orgulho de uma nação, em referenciar os seus nomes ilustres.

Precisamos começar a fazer isso, Deputado Algaci Tulio, sob pena de sermos uma nação sujeita a seguir a onda da moda, porque os nossos líderes morais, políticos, intelectuais, via de regra, não são reconhecidos.

Parabenizo Vossa Excelência e seu partido por referenciar no dia de hoje a data de Getúlio Vargas. Lembro ainda na minha infância, quando na loja de meu pai, vi um policial bater na janela, dizendo que não era para abrir a loja à tarde, porque o Getúlio tinha morrido. Sei o que representou naquele instante, para o povo do meu Estado, pelo menos, a morte de um estadista, no qual foi esse grande brasileiro.

O SR. ALGACI TULIO

Por isso, Deputado que tenho sempre cobrado que as TVs educativas, que são geradas pelo Governo Federal e Estaduais, têm a obrigação de fazer uma programação voltada para esses vultos e figuras extraordinárias que marcaram a vida, não só a vida política, mas a vida desse País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira do PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso da tribuna nesse instante, para trazer ao conhecimento desta Casa, que foi julgado pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os autos nº 6995/3, Mandado de Segurança que esse Deputado interpôs contra o Executivo, na pessoa do Senhor Governador, sobre uma questão que algum tempo já estávamos tratando nesta Casa, que é conhecimento do programa de Incentivo à Industrialização do Paraná. Já fizemos isso em outras oportunidades, fizemos através de requerimento ao Plenário desta Casa, onde não tivemos acolhida. Buscamos conhecer esses dados e essas informações, por julgar que elas são importantes ao processo político e desenvolvimento econômico, sobretudo, da transparência da ação pública. Fizemos então direta e administrativamente ao Senhor Governador do Estado, solicitando as informações para que não só esse Deputado, mas a sociedade paranaense pudesse conhecer a política em curso para atração de indústrias, especialmente as empresas beneficiárias de doações de áreas e incentivos fiscais, locais onde se instalaram, valor dos investimentos diretos, as respectivas participações do Estado do Paraná, a natureza dos incentivos concedidos, isenções, prorrogações de prazos para o pagamento de tributos e os prazos assinalados. Requisitos para que outras empresas também pudessem participar do programa e as obras de infra-estrutura realizadas para atender a demanda dessas mesmas empresas, tais como terraplenagem, vias de acesso, construções de edifícios, linhas telefônicas, abastecimento de água, enfim, a infra-estrutura necessária.

Ficamos surpresos, porque depois de seis retiradas de pauta, o órgão especial do Tribunal de Justiça, no último dia 6 julgou o mandado de segurança, não concedendo esse direito não só ao Deputado José Maria, mas sobretudo da Assembléia, que é o direito de nós acompanharmos os atos do Governo, especialmente naquilo que diz o Artigo 37 da Constituição Federal, que é da transparência e sobretudo, da publicidade. E julgou dizendo, eu afirmando em tese resumida, não é que o direito à informação não é irrestrito, absoluto ou ilimitado. Ora! O Artigo 37 da Constituição Federal é muito claro quanto à transparência e à publicidade dos atos de Governo. Governo não faz programas, projetos, não estabelece ações de Governo para ficarem em quatro paredes ou foco fechado, mas sobretudo,

para que a sociedade possa conhecer com inteireza as ações desse mesmo governo em relação sobretudo, aquilo que se diz recurso público. O requerimento formulado ao Chefe do Executivo e que nós depois fizemos em uma ação contínua, o mandado de segurança, os senhores membros do egrégio Tribunal de Justiça concentraram a sua análise no que foi requerido à autoridade - informação sobre a política de incentivos para a atração de indústrias. Em síntese, comparou a ação de que estávamos pleiteando que era de conhecimento do programa de incentivos à industrialização com duas outras. Uma intentada pelo Senador Roberto Requião e outra intentada pela Bancada do PT. Só que nesses dois casos o objetivo foi conhecer os protocolos. A nossa ação buscava, sim, conhecer já o programa depois de instalado, depois, inclusive, das indústrias já em funcionamento. Não teria nenhum problema que as indústrias fossem tomar o caminho de outros estados.

Não estava aqui procurando criar óbice ao programa de incentivo do governo. mas estou denunciando. Não foi o Deputado José Maria Ferreira que teve as informações negadas, mas esta Casa e sobretudo, o direito de conhecimento de informação. Tolheram esta Casa e tolhem também a sociedade de conhecer o direito da informação. Se não praticarmos esse direito, diferenciaremos muito pouco daqueles estados totalitários e daqueles que fazem da ação de governo uma ação própria e particular.

O que nos entristece é ver que uma Corte de Justiça, da qual todos devemos respeitar, participa dentro de um pensamento estreito como este de que o direito à informação não é irrestrito, absoluto ou ilimitado. Estão dando interpretação ao artigo 37 da Constituição de que não requer e não precisa de interpretação alguma, porque ele é auto-explicativo.

A informação sobre a política em curso para atração de indústria, especialmente as empresas beneficiárias de doação das áreas de incentivos fiscais, locais que se instalaram no Paraná só pedia este requerimento, baseado no direito constitucional de petição e na lei da ação popular, que confere ao cidadão a possibilidade de requerer informações para que, em caso de ilegalidade e lesividade, possa propor uma ação.

O governo não respeitou o prazo que, constitucionalmente temos para um pedido de requerimento. Em ato contínuo imputarei um mandado de segurança para que a autoridade que entendia que iria defender o direito da informação fizesse compelir pela força do direito do Executivo a responder o que havia requerido, tendo as informações com uma finalidade o ajuizamento de ação popular em caso de repesença dos requisitos a ela pertinente. Argumentei, na qualidade de impetrante, com fun-

damentos de direito à vinculação da administração aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, bem como o direito constitucional de submeter ao Poder Judiciário a apreciação, em forma de ação popular, de eventual ocorrência de ato ilegal ou lesivo ao patrimônio público.

Indaguei ainda, como é possível ao Deputado fazer o exercício deste mandato se não lhe é assegurado o direito, o ato sujeito à análise, porque corresponde à cidadania, ao direito da cidadania. e não tem cidadania revestida de segredo e de silêncio, quando a coisa é pública.

Por não se tratarem de meros protocolos de intenções, mas de uma política concreta em curso, impedir que o cidadão tenha ao seu alcance o direito de conhecer os motivos, os valores, os benefícios, as doações, as fontes dos recursos, os mecanismos pelos quais outros interessados possam dela virem a participar, significa transformar a ação governamental em mistério, em segredo, caldo de cultura para a ilegalidade e a imoralidade.

Como pode haver segredo numa política de governo que propicia significativas vantagens econômicas a pessoas privadas, com a utilização de recursos públicos através de incentivos fiscais, financiamentos, isenção de tributos, doação de bens públicos, construção de obras de infra-estrutura?

Como pode ou ficar em segredo, ação de tamanha envergadura.

A autoridade impetrada, no caso o executivo estadual, notificada, veio aos autos afirmando que as medidas semelhantes, já haviam sido propostas e não acatadas, que as decisões baseadas no fato de que antes existiam apenas protocolos. O grande equívoco do Órgão Especial do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, foi que hoje não é mais um protocolo. Hoje não são protocolos de intenções que são firmadas como pessoas jurídicas de direito privado, mas são sim, ações concretas do Estado do Paraná, aonde recursos públicos foram colocados.

Aí, Deputado Waldyr Pugliesi esta o grande equívoco do nosso eminente Tribunal de Justiça.

Negou a presença do direito líquido e certo impetrante sustentou que o direito de informação não é irrestrita, em que o sigilo é imprescindível, que não há comprovação da utilidade das informações.

Ora, quem deve dá coró e sentido a utilidade de informação é quem pede. porque justifiquei na lei justifiquei no direito.

Requeridas e que não há efetiva lesão do patrimônio público.

Como não há lesão do patrimônio público? Se foram recursos públicos canalizados para adquirir terrenos, realizarem infra-estrutura que patrocinar a

diferenciação entre uma empresa e outra, porque as demais não conhecem o processo.

Não estou aqui contrário ao incentivo, mas estou sim, a princípio contrário ao direito de conhecer, ao direito ao acesso à informação, porque esse igualaria as demais empresas interessadas para que nós pudéssemos, também, participar desse processo.

E quem sabe, Senhor Presidente, nós estaríamos somando com as empresas paranaenses e as empresas brasileiras a um processo muito mais arrojado de conhecimento da informação, e do processo de industrialização.

Pronunciou-se o Ministério Público através de extensa e consistente manifestação à assertiva deste pedido. Infelizmente não tivemos o mesmo comportamento do órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná.

Aqui fica registrado nosso protesto e a nossa posição em relação a esse episódio que não vem em nada, dignificar a política do nosso Estado e nem muito menos, trazer transparência ao processo de fiscalização encetado pelo Governador Jaime Lerner.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência, apenas para tranquilizar V.Exa. afirma, sem medo de errar, que nenhuma das indústrias que vieram, recebeu qualquer tipo de isenção fiscal, até porque a isenção fiscal é totalmente inconstitucional. Nenhuma delas recebeu isenção fiscal, a não ser dilação do prazo, isso sim.

Concedo a palavra à Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a determinação da realização de uma Sessão Solene, no dia 21 de setembro do corrente ano, quando será entregue o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Zacharias Emiliano Seleme. **Aprovado. À Diretoria de Assistência ao Plenário.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Emenda - Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Artesãos - ARTE-REAL, com sede e foro no Município de Realeza. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente "Água da Vida", com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva, que declara de Utilidade Pública a Ordem dos Cavaleiros de Saint Germain, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/99, de autoria da Comissão Executiva, que denomina "Professor Vidal Vanhoni" a Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Abrigo “Deus, Cristo e Caridade”, com sede e foro na Cidade de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 30.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 379/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Abrigo “Deus Cristo e Caridade”, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. 86, de 03.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 401/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Iguaçu, deste Estado.

Chamado esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação

Libertos para Viver - CRELIVI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 09.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 409/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Libertos para Viver - CRELIVI.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Médico - CEAME, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 09.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 411/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Apoio Médico - CEAME, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1822, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1832, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1835, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1837, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1838 a 1840, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1841 e 1842, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1844, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1846, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1847 e 1848, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1849 e 1850, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 349, 350 e 359/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 379, 401, 409 e 411/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 413, 414, 416 e 418/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1999.

“Quarenta e Cinco Anos sem Vargas”

Léo de Almeida Neves
Gazeta do Povo

A honestidade, que deveria ser conduta normal de todo homem público, veio a constituir-se na virtude do líder Getúlio Vargas que mais o distingue, na comparação com muitos políticos da atualidade. Ele foi presidente da República por quase 19 anos (1930 a 1945 e 1951 a agosto de 1954). O inventário de Vargas na Comarca de São Borja (RS) revelou que seus bens eram os mesmos do início de sua carreira, herdados de seus pais, acrescidos de um apartamento no Rio de Janeiro, adquirido com financiamento da Caixa Econômica Federal.

A revista “O Cruzeiro” dos Diários Associados, crítica feroz de Vargas, que na década de 50 teve grande prestígio e enorme circulação, publicou reportagem de cinco páginas na edição de 19 de abril de 1958, quase quatro anos após o suicídio, comentando a partilha e proclamando a honradez de Vargas. Ele deixou quatro filhos, todos já falecidos: o médico Lutero (ex-Deputado Federal pelo Rio de Janeiro); o Engenheiro Agrônomo Manoel (ex-vice-Prefeito de Porto Alegre); a Advogada Alzira (Secretária de Vargas na Presidência) e Jandira (dona de casa). Nenhum deles ficou rico, nem seus filhos e netos. Os quatro irmãos de Getúlio (Viriato, Protásio, Espártaco e Benjamim) não fizeram fortuna.

Na vida de Getúlio Vargas não existe estória de caixas de campanha, de arrecadadores de fundos, de depósitos na Suíça, nas Ilhas Cayman ou em outros pa-raísos fiscais. Nem ele nem seus parentes se locupletaram. A única acusação que faziam a Vargas era ter incentivado a fundação do jornal “Última Hora” (na época o melhor e o mais lido, provocando a ira dos concorrentes), cujas instalações e equipamentos foram financiados pelo Banco do Brasil, com garantias reais e o empréstimo totalmente pago, parcela-a-parcela.

A irrefutável probidade de Getúlio Vargas e a consagração de sua vida ao povo e à Pátria, culminando com o derramamento do próprio sangue, compõem uma auréola de estadista e de herói nacional. Quanto maior o tempo decorrido da trágica manhã de 24 de agosto de 1954, mais avulta o reconhecimento ao gigantismo da obra de Getúlio Vargas, agente principal da transformação do Brasil, pobre e predominantemente agrícola anterior a 1930, em uma nação industrial, com reais perspectivas de tornar-se membro do clube dos países ricos, nas primeiras décadas do século 21.

Assumindo destemidamente a responsabilidade de chefiar a vitoriosa revolução cívica e popular de 1930, Vargas chegou ao poder quando a economia do país estava destrocada, sofrendo os efeitos da crise mundial de 1929, desencadeada pelo *crash* da Bolsa de Valores norte-americana, cujos efeitos perduraram até 1933.

Com pulso firme, Vargas decretou a moratória da dívida externa, restabeleceu o equilíbrio das finanças públicas, enfrentou os interesses das oligarquias econômicas, eliminou as práticas de corrupção vigentes na República Velha, iniciou o processo de organização racional do serviço público e criou o DASP, que introduziu os concursos públicos para admissão de pessoal, o treinamento de servidores e a modernização da máquina administrativa.

Cumprindo o programa da Revolução de 1930, Vargas sepultou as eleições a bico de pena ao implantar a Justiça Eleitoral, estabelecer o escrutínio secreto e universal e assegurar à mulher o direito de voto.

Talvez a mais importante realização de Vargas tenha sido a consolidação da unidade nacional, que sofria riscos por divergências, conflitos e tentativas separatistas, que vinham desde o Império. Alguns Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mantinham polícias militares com poder de fogo capaz de enfrentar o Exército Nacional. Vargas enquadrou as polícias estaduais nas suas funções específicas, reaparelhou e fortaleceu o Exército e a Marinha e criou o Ministério da Aeronáutica.

Vargas cedeu bases aéreas para os Estados Unidos no Nordeste e o Brasil participou ao lado dos aliados da 2ª Guerra Mundial, com o envio de uma esquadrilha da Força Aérea Brasileira (FAB) e da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália, onde os brasileiros se cobriram de glórias combatendo os alemães. Antes de declarar estado de beligerância, Vargas, com habilidade e diplomacia, obteve ajuda dos Estados Unidos, através do Presidente Franklin Delano Roosevelt, à Cia. Vale do Rio Doce (principal exportador internacional de minério de ferro) e para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, marcos da nossa emancipação econômica.

Com a criação da PETROBRÁS (e a proposta da ELETROBRÁS), da Fábrica Nacional de Motores e do BNDE, do Banco do Nordeste, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), e o incentivo às atividades produtivas na indústria e na agricultura, Getúlio Vargas colocou o Brasil na trilha do desenvolvimento econômico.

Marcante e meritória foi a sensibilidade de Vargas aos problemas dos humildes, a preocupação em expandir o mercado interno e a coesão social obtida com as leis trabalhistas e sociais, decretando a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e a legislação previdenciária, instrumentalizada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Getúlio Vargas governou o país com visão de estadista, integridade pessoal, autoridade no exercício do cargo, competência e criatividade, nacionalismo e patriotismo exarcebados e, principalmente,

com soluções brasileiras para problemas brasileiros, sem copiar figurinos estrangeiros ou a eles submeter-se, embora atento aos fatos universais e às suas repercussões internas.

Por mais que tentem, os professores do neoliberalismo não conseguirão acabar com os feitos e os postulados da era Vargas, que há de continuar para o Brasil cumprir seu destino de potência mundial.

(Léo de Almeida Neves é suplente de Senador pelo Paraná e ex-Deputado Federal, exerceu a diretoria da CREA, do Banco do Brasil e a presidência do BANESTADO)

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1999.

“Carta Testamento escrita pelo Presidente Getúlio Vargas”

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se, e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa.

Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social.

Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho.

A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da PETROBRÁS e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A ELETROBRÁS foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária, que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até quinhentos por cento ao ano.

Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço, e a resposta foi uma violenta

pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e por vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu

sangue será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal à vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o meu perdão. Aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não será mais escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Dei-vos a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Não receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”.